

Ideologia de Estado

Mário Cunha Reis

16/3/2019

A área de Cidadania e Desenvolvimento dirigida a crianças desde os 6 anos de idade é o “cavalo de Troia” para a introdução da ideologia de género, da sexualidade precoce e da cultura LGBT.

Escrevi há um ano um artigo no qual alertava para a [subversão e condicionamento da língua portuguesa](#), em resultado da penetração da ideologia de género na política e no ensino, que nada tem a ver com igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. É toda uma agenda “progressista” conduzida pela extrema-esquerda, com o assentimento do governo socialista.

Precisamente um ano depois, o Secretário de Estado da Educação, João Costa, publicou um invulgar e inquietante artigo de opinião, intitulado “[Igualdade de género na escola: de que têm medo?](#)”. Um governante em funções escreve um artigo de opinião sobre uma matéria da sua tutela? Estranho!

Doutorado em Linguística, conhecedor da importância da semântica na comunicação, o também Professor Catedrático na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde a liberdade de pensamento, de opinião e de expressão não está limitada por qualquer crivo ideológico, nem vulnerável perante pressões, mas apenas pela ocasional incapacidade assegurar « [condições indispensáveis de normalidade](#) » para que estes direitos de cidadania sejam exercidos, João Costa rejeita a existência da “Ideologia de Género”.

Demonstração? Simples: «Uma pesquisa bibliográfica simples no catálogo da Biblioteca Nacional não regista qualquer entrada sobre “Ideologia de Género”» (sic). Tive oportunidade confirmar e de fazer igualmente uma pesquisa por “Ideologia Comunista”. De facto, para ambas não há qualquer resultado, pelo que devo depreender também que a ideologia comunista não existe, não obstante ter sido causadora da perda de milhões de vidas humanas. Bizarro, não é?

Contudo, fazendo uma pesquisa por “*queer*”, a teoria que confere o “carácter científico” à ideologia de género, a que defende que a orientação sexual e a identidade sexual ou de “género” é uma construção social, não estando constrangida pela natureza ou pela biologia, é apresentada mais de uma dezena de entradas. Se o Doutor João Costa estivesse a prestar provas académicas, por certo que ouviria do júri que se esperava dele maior honestidade intelectual; mas, afinal, trata-se, agora, de um mero governante socialista.

No referido artigo, recorda porque «foi introduzido o tema Igualdade de Género na área de Cidadania e Desenvolvimento para TODOS os alunos», afirmando que as «desigualdades entre homens e mulheres são ainda gritantes» e que este é «um assunto dos homens, porque os privilegiados têm maior facilidade em mudar o mundo e o dever de reconhecer o seu privilégio». O secretário de Estado subscreve, portanto, a tese da existência de « [uma sociedade branca, patriarcal e heterossexual](#) », que a extrema-esquerda manifesta combater. Começa a definir-se um padrão.

A despropósito, acrescenta que na escola «estão jovens homossexuais ou transexuais cujos direitos são violados, porque são humilhados e têm de se esconder», numa referência à discriminação das minorias sexuais. «Se é assunto de todos, é assunto da escola».

Compreenda-se. Este é que é o ponto! Falando de “igualdade de género” refere homem e

mulher e, de seguida, as minorias LGBT. Isto é a teoria “*queer*” e a ideologia de género no seu esplendor, e a assunção da escola como local de doutrinação ideológica.

Refere ainda que tem recebido «cartas e algumas petições contra a inscrição do tema» no currículo escolar. Ainda bem, é bom sinal! Demonstra de que os pais e encarregados de educação estão atentos, conhecem e exercem os seus deveres de cidadania.

Contudo, em vez de reconhecer o mérito deste exercício de cidadania, o Secretário de Estado sentencia: «Porque os Direitos Humanos não se negociam, não se adiam e não são facultativos, a Cidadania nas escolas não é facultativa». Um ultimato, portanto!

Senhor Secretário de Estado, a área de Cidadania e Desenvolvimento dirigida a crianças desde o ensino pré-escolar (antes dos 6 anos de idade) é o “cavalo de Troia” para a introdução da ideologia de género, da sexualidade precoce e da cultura LGBT, que se apresenta como evidente para quem consulte documentos como o “ [Referencial de Educação para a Saúde](#) ” ou os “

[Guiões de Educação Género e Cidadania](#)

”.

Invocando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição da República Portuguesa:

- “*Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos*”

– **Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26º, nº 4.**

- “*Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos*”
“*O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas (...) políticas, ideológicas*”

– **Constituição da República Portuguesa, artigo 36º, nº 5 e artigo 43º, nº 2.**

os pais e encarregados de educação das crianças portuguesas, encarregar-se-ão de impedir que esta doutrinação seja feita contra a sua vontade e contra a Constituição, utilizando todos os instrumentos processuais, administrativos e jurídicos à sua disposição para impedir a prossecução desta agenda de doutrinação nas escolas portuguesas.

Perante o seu ultimato, não terá outra resposta senão o combate firme do povo para que a Constituição seja respeitada!

Engenheiro e gestor; Conselheiro Nacional do CDS; Membro da Comissão Executiva da TEM/CDS

(O autor não reconhece o AO 1990.)

<https://observador.pt/opiniao/ideologia-de-estado/>